

A REVISTA RAÇA (1927-1934) E A FALSA VANGUARDA DO MODERNISMO NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP

Mayra de Souza Fontebasso (UFSCar)

INTRODUÇÃO

Resultado dos primeiros esforços de pesquisa intitulada “Os modernistas e a revista *Raça* (1927-1934)”¹, este trabalho é possível graças aos cuidados de manutenção e conservação da maioria dos 17 fascículos da revista do início do século XX por parte da autarquia municipal *Fundação Pró-Memória de São Carlos* (FPMSC), responsável pelo acervo do jornalista e cronista são-carlense Octavio Carlos Damiano (1925-1997), filho do principal editor da revista modernista alvo dos estudos.

Trata-se de pesquisa baseada em fonte primária de informação, do que decorre grande esforço em lidar com cerca de 500 páginas de uma publicação heterogênea em seu conteúdo e da qual se têm superficiais informações estabelecidas, o que justifica a limitação deste trabalho de caráter divulgador e que propõe uma primeira apreensão geral sobre temas emergentes nos *corpora* restringidos ao discurso literário por meio do qual pretendemos lançar luz a alguns dos traços estéticos e ideológicos que permeiam *Raça* (1927-1934) a partir de seu primeiro Editorial, espécie de manifesto programático.

A revista recebeu colaborações de escritores vários, principalmente modernistas como Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Plínio Salgado, além de Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade (*RAÇA*, n. 13, 1929). Outros autores e intelectuais do período – escritores regionalistas do Rio Grande Sul, Amazonas, Mato Grosso etc., além de escritores locais como Rodrigues de Abreu – ainda se encontram em etapa de levantamento onomástico e análise para posterior composição de uma antologia literária de *Raça*. Logo, este texto especula sobre as relações entre o momento pós-proclamação da República, a oligarquia rural, o modernismo brasileiro e o cenário no seio do qual emergiu a revista na cidade de São Carlos/SP sem problematizar a fundo a presença da maioria de colaboradores em uma publicação visivelmente conservadora e elitista.

O DISCURSO LITERÁRIO A FAVOR DA CLASSE DIRIGENTE

A revista *Raça* insere-se nos movimentos de vanguarda das décadas de 1910 e primeiros anos de 1930 no Brasil e na América Latina (GELADO, 2006), ecoando manifestações das vanguardas europeias (re) interpretadas a partir dos problemas e limitações nacionais no cenário posterior a proclamação da República e em meio, portanto, às contradições estéticas e políticas por quais passava a literatura brasileira.

¹ Pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq e iniciada em setembro de 2015 sob a orientação do Prof. Dr. Wilton José Marques (UFSCar).

Dentre a variedade de manifestações literárias desse período convencionou-se dar destaque à proposta de vanguarda da Antropofagia oswaldiana, que logrou o mais bem sucedido programa literário no plano estético ao postular, na literatura e na arte, novos predicados para a cultura que parodiava a cultura intelectual e o academicismo opondo-lhes a “originalidade nativa ou primitiva”, o que empreendeu a partir, por exemplo, das relações dialéticas estabelecidas programaticamente entre *nacionalismo* e *cosmopolitismo*, *modernidade* e *tradição*, *ruptura* e *continuidade* ressemantizando o dado popular de nossa cultura com vistas a contrapor-se às práticas literárias árcades de então na busca por uma “identidade nacional” paradoxalmente mediada pela cultura europeia (GELADO, 2006:133).

Tais manifestações correspondem às expectativas postas no horizonte pós-instauração do regime republicano, quando o momento literário convergiu com a necessidade de promover uma “restauração do país” calcada na redefinição do que seriam as “bases da nacionalidade” diante da queda da Monarquia, o que reanimou certa força ufanista e anti-colonialista por parte dos que estavam comprometidos com os interesses de uma oligarquia desprestigiada em suas ambições de poder durante o regime monárquico (BERRIEL, 2000; CARONE, 1965; 1971). Este comprometimento, disperso de diferentes formas nas variadas manifestações modernistas, adquiriu matizes conforme a condição e as relações estabelecidas entre os escritores e o comando oligárquico em crise, do que resultam tão distintos os intentos de um “aquinhado Oswald de Andrade”, pensador da vanguarda antropófaga, e de um “desfavorecido Plínio Salgado”, nos termos de Sérgio Miceli, tendo “os mais destituídos de capital cultural e social inclusive aderido aos movimentos de direita e, adiante, à coalizão a frente do autoritário regime de Vargas” (MICELI in PRADO, 2010:13); embora pensemos que tal equação não se possa resolver simplesmente em função das origens, condições materiais e relações sociais e políticas empreendidas por estes escritores, sob o risco de se obliterarem as contradições emergidas em seus trabalhos literários e que viabilizam igualmente a apreensão mesma da complexidade do período histórico em questão a partir da representação artística.

Afirma-se que a expressão modernista neste período contribuiu para uma ampliação do espaço político ocupado por elites corporativas compostas por bacharéis e financistas desejosos de maior poder de mando em detrimento à tradição das oligarquias regionais que até então sustentavam o sistema de ideias que entraria em colapso ao longo de toda a década de 1920. Programaticamente, a ruptura com a tradição constava, então, dos manifestos modernistas; pragmaticamente tal ruptura não se deu da maneira radical com que era representada em palavras. A figura dos bacharéis-literatos exemplifica esse paradoxo, pois, de um lado, denota a busca por meio da arte de uma inserção na nova ordem da produção cultural e financeira – indicando que a vida intelectual e o exercício de se pensar os problemas nacionais já não se limitavam à classe dirigente composta pelos

grandes fazendeiros e seus descendentes – embora, por outro lado, a mesma inserção dependesse da oligarquia combatida, maior proprietária dos meios para o financiamento de empreendimentos intelectuais, o que preconizou uma necessária aproximação entre estas esferas para viabilizar os seus projetos (PRADO, 2010).

Como exemplo, o grupo modernista da Antropofagia caracterizou-se como amparado pelo “apoio ocasional mas decisivo do governo perrepeista do estado e com a acolhida calorosa de alguns salões e colecionadores de arte da alta burguesia (...)[, além do] respaldo oficioso da oligarquia cafeeira e de seu braço político no poder” (GELADO, 2006:137), além de outros paradoxos em meio às características estéticas louváveis. Menos paradoxais, entretanto, seriam os caminhos traçados pelos componentes do grupo modernista Verde-Amarelo que, segundo Miceli, estiveram “à mercê da premência de abrigo junto às oligarquias” (apud PRADO, 2010:13), encontrando no discurso literário uma via para a manutenção das ideias que os financiavam simultaneamente ao exercício da expressão estética a que se propunham.

A essa época o Estado de São Paulo figurava como o espaço mais importante para a manutenção dos interesses dessa nova aristocracia, sendo o estado da federação que melhor representava o centro daquele momento político e econômico arvorando-se, ainda, como o principal vetor cultural do país, o que continuamente buscava cumprir com o intuito de manter-se como “berço” dos poderes dominantes em meio a um Brasil mais ou menos integrado (GELADO, 2006:135) e sustentado, vale recordar, em uma economia de exportação cafeeira.

Ainda que de maneira superficial diante das limitações deste texto e dos riscos advindos de nossas leituras ainda elementares, voltamos o olhar agora a uma vertente do modernismo brasileiro que carece de renovado interesse por parte dos estudiosos da literatura, sobretudo porque foi disseminada e assimilada assimetricamente nas diferentes localidades; referimo-nos à vertente modernista do grupo Verde-Amarelo que, de acordo com Arnoni Prado (2010), configuraria um movimento de “falsa vanguarda” devido aos seus traços conservadores marcados pelo rechaço às vanguardas europeias em nome de um receituário ufanista que deliberadamente passava-se por moderno para defender interesses e “valores espirituais” caros à oligarquia decadente que demonstrava, por seu turno, possuir consciência da relevância do discurso literário para a manutenção de seus privilégios enquanto “classe dirigente e pensadora” da sociedade brasileira neste período de transição.

A FALSA VANGUARDA DO MODERNISMO: O GRUPO VERDE-AMARELO

O pacto social instaurado em torno do projeto restaurador do espírito de libertação nacional após a proclamação da República, e que permitiu aos antropófagos a ruptura estética para a construção de uma identidade nacional embasada no dado local *bárbaro*

passível de absorver traços europeus de maneira ativa e crítica, deglutindo-os, foi também o responsável pela persistência das oligarquias agrárias em manterem-se em posição decisiva na abertura do canal para a ação ostensiva dos intelectuais da época junto à base de poder (PRADO, 2010:180). Tal projeto “restaurador” preconizava a necessária “integração” do país em torno das figuras oligárquicas, enquanto se reforçava o estabelecimento de um novo ciclo de desigualdade que atinge a população rural, os operários e seus agregados cada vez mais alijados da aliança hegemônica entre bacharéis, financistas e fazendeiros que passam, então, a colocar em prática mecanismos que os defendam de uma iminente radicalização por parte de seus subalternos, o que comprometeria a unidade do “movimento restaurador e integrador” em andamento.

Diante, pois, da irreversibilidade desse movimento de integração e para conter – certamente – a expansão dos ideais de resistência às suas pretensões de mando, os dirigentes de então passam a enfatizar, de maneira geral, os discursos literários envolvidos com a maquinação de uma identidade nacional que ressalta:

(...) o valor natural do homem rústico e da paisagem humanizada; [de modo] que se retoma o traçado didático do regionalismo otimista do Romantismo, cheio de exotismos e quase sempre alheio ao drama real das populações rurais em extrema penúria. (PRADO, 2010:19)

Não por acaso tal tradição emerge no fluxo de expansão da imprensa e das revistas ilustradas desde fins do século XIX, imprensa que cederá grande parte de suas seções para a exaltação do caráter dos autores e de suas publicações literárias de tom conservador, inclusive porque muitos escritores filiados a essa vertente literária eram bacharéis, jornalistas e redatores dos próprios meios que divulgavam suas obras além de serem, em grande maioria, bem relacionados no meio político junto àqueles que mantinham e/ou custeavam os meios de publicação impressa, influenciando no sistema ainda restrito do consumo literário de então (MICELI, 1979).

Tais escritores de filiação conservadora buscarão assentar suas convicções “numa sobrevalorização do local, na invocação do imaginário popular e do folclore, na concepção de personagens de uma tradição legendária” (MICELI apud PRADO, 2010:9) enquanto que, emblematicamente, partilharão de certo *servilismo* para com aqueles que de maneiras várias financiam seus intentos, além de certo *populismo* vocacionado para e por estes mesmos agentes burgueses que consomem suas obras, o que termina por enfatizar a pronta adesão literária ao ideário nativista (CANDIDO, 2007), de modo que “os ‘caipiras’ [escritores do modernismo Verde-Amarelo] sujeitaram a obra a demandas heterônomas, de um lado, pelo feitio de atuação na imprensa, de outro, por conta dos serviços prestados aos políticos protetores” (MICELI apud PRADO, 2010:12-3).

Dentre os expoentes dessa vertente mais conservadora, denominada “caipira” embora possuísse fortes vínculos com personalidades da capital e uma ampla rede de

comunicação entre os seus pares em todo o território nacional, interessa-nos, sobretudo, os verde-amarelos Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado – grandes colaboradores da revista *Raça* – que, nas palavras de Arnoni Prado (2010:20), colocarão em prática certa:

(...) rearticulação ideológica de todo um ciclo de defesa da unidade nacional cujo objetivo básico é assumir a modernização do país tendo como pressuposto a homogeneidade da cultura. Ou seja: a manipulação de uma nova retórica vai deslocar o compromisso da literatura para a esfera de expressão das elites, assimilando-a ao discurso mais amplo que sustenta, nos diversos níveis, a precedência das metas da cultura nacional sobre os interesses da cultura popular. Essa alternativa, como não poderia deixar de ser, assimila o trabalho literário ao esforço dos segmentos ilustrados da oligarquia para articular uma primeira (e problemática) unificação de todas as camadas sociais excluídas dos centros de decisão. Com isso, anulará diferenças básicas entre opressores e oprimidos, definindo, ao mesmo tempo, funções opostas a expectativas comuns, como é o caso da dissociação entre o mundo do escritor e o de seus leitores, entre a função política e a ausência de representação partidária, entre a plenitude do sistema jurídico e a influência ostensiva do coronelismo armado.

Assim, essa nova ordem os induzirá a conceber a atividade intelectual como um instrumento eficaz para que se mantenham aliados ao projeto de modernização do país sem que fosse necessário romper com o sistema arcaico que paralisava as ideias; de modo que, não por acaso, os principais verde-amarelos atuavam simultaneamente nas áreas do jornalismo e da criação literária e eram reconhecidos pela eloquência de seus discursos que os conduziria, em grande maioria, à vida política vide Cassiano Ricardo que, em 1936, fundaria o grupo *Bandeira* junto a Del Picchia, Guilherme de Almeida, Paulo Prado, Monteiro Lobato, Mário de Andrade entre outros que se propunham a defender a democracia brasileira tanto do comunismo como do liberalismo e que, mais tarde, durante o Estado Novo, ocuparia ainda cargos vultosos na área de comunicação do governo. Nesse sentido também há a figura de Plínio Salgado que, em 1932, fundaria a Ação Integralista Brasileira (AIB) da qual foi o principal líder, posteriormente, se alçando a deputado em variadas ocasiões.

O MODERNISMO DA REVISTA SÃO-CARLENSE RAÇA

A revista em estudo inscreve-se no período entre 1929 e 1936, no qual, de acordo com Carone (1965; 1971), estavam em voga teses da “falsa vanguarda política” por meio, por exemplo, do que se desdobrará no Integralismo de Plínio Salgado em defesa dos interesses oligárquicos dispersos pelo país e sobretudo fortes no interior do Estado de São Paulo, em confronto com o liberalismo revolucionário do movimento de 1930; excetuados escritores e personagens que, no contexto paulista de então, apoiam a investida de Getúlio Vargas tais como Paulo Prado, Mário de Andrade e o já citado poeta Cassiano Ricardo,

grande colaborador de *Raça*, ambíguo de certo modo em sua atuação literária e política, para citar brevemente questões nas quais pretendemos nos aprofundar ao longo do tempo.

Inicialmente nos parece que o ideário ufanista “integrador” do período foi recebido à época no interior paulista, mais especificamente em São Carlos/SP, a partir de personagens e intelectuais que mantinham relação estreita com a capital paulista e com os núcleos de poder a nível estadual. Em termos de relações políticas São Carlos/SP de certo gravitava em torno do governo estadual, como relata o professor Ary Pinto das Neves (2007:23), o que denota a sua relação estreita com a oligarquia então nos cargos de mando no estado e, por extensão, no país:

Até a Revolução de 30, alternaram-se no poder [municipal] Salles e Botelhos [, famílias oligárquicas tradicionais], mais pela voga dos ventos que sopravam dos Campos Elíseos [, região nobre da cidade de São Paulo onde residiam muitos dos barões do café e onde se encontrava a sede do Governo do Estado], conforme os parentes e aliados de São Paulo prevaleciam na política estadual, do que propriamente pela força das vitórias nas urnas, que as eleições eram “feitas” a bico de pena e o eleitorado era sabidamente de cabresto e de rédea curta.

Os estudos empreendidos buscam, então, caracterizar inicialmente a revista *Raça* a partir do contexto histórico no qual emerge para restabelecer, também em nível inicial, as relações interpessoais com os escritores modernistas Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado que viabilizaram a sua publicação mais ou menos periódica ao longo de oito anos (de 1927 a 1934) ancorada no prestígio que já possuíam no país e principalmente em terras paulistas. Tais relações fazem-se notar por meio dos textos literários e ensaios artísticos presentes na revista e dos quais pretendemos nos aproximar mais criticamente nos meses vindouros.

Nesse sentido, almeja-se também indagar sobre a proposta política e ideológica dos principais editores da revista, a saber, o poeta e jornalista Orlando Damiano (1903-1933), maior incentivador de *Raça*, o farmacêutico e professor Ítalo Savelli (s/d -1991), o médico e político local Alderico Vieira Perdigão (1895-1973), o médico cirurgião Wamberto Dias da Costa (s/d), além dos representantes de *Raça* Walther Barioni (1900-1975) e Antonio Wikin (s/d) de modo a verificar a hipotética, embora forte, correspondência desta publicação são-carlense com as diretrizes modernistas do grupo Verde-Amarelo.

Está claro que no período em questão não podemos restringir a recepção do movimento modernista em São Carlos/SP a uma simpatia limitada à “ala conservadora” do movimento, mas por ora consideramos apenas a revista *Raça* sem abarcar os periódicos da época que, conforme verificamos, expõem polêmicas e questionamentos à linha adotada pela revista e aos ânimos com que o diretor de *Raça*, Orlando Damiano, exaltava publicamente Plínio Salgado, sendo o responsável por recebê-lo em conferência realizada em São Carlos nos anos 1930, o que será aprofundado em ocasião futura.

Como ilustração do que foi até aqui apresentado em termos de contexto histórico-social, mui limitadamente, reconhecemos, propomos breves comentários sobre um dos vários “editoriais-manifestos”² de *Raça* constante na primeira edição da revista e que sintetiza em termos de projeto a sua proximidade com o modernismo Verde-Amarelo. Diz assim o seu primeiro editorial-manifesto³ (RAÇA, n.1, 1927):

TERRA do Brasil!

Vasta, fértil, nobre.

Rios caudalosos, marulhantes. Matas verdes. Passarada amarela. Cordilheiras gigantes, erguendo as fronteas altivas à vertigem da altura. Caminhantes fortes, tradicionais, valentes.

Prodigalismo.

Resuscitação de *bandeiras* heroínas. Grupos – Anhanguera, Paes Leme, Bueno – cantando, sonhando na galharia oceânica das florestas ritmando os ritmos de nossa crença.

Raça conquistadora!

Recordação frisante do que fomos, do que somos, do que seremos.

O Ontem, o Hoje, o Amanhã.

Cântico de louvor à raça desperta. Incentivo e clamor. Censura e Epopeia. Cantos, nos sulcos das caravelas, recordar benfazejo do fado e conquista.

Abraços ao tapir, corridas, campos além, ao rastro da corça veloz. Provação da soledade das tabas, acompanhamento, a porfia, dos nômades guerreiros. Prosternação à idolatria do branco. Vencida, mas sobranceira, acolhe o inimigo. Ele é enviado de Tupã. A força e a insídia: Caramuru!

Colonização.

Pacto solene à comunhão do trabalho. O tear e a enxada, o pão e a fé.

Liberdade. Uma autonomia completa, culminante. A antítese da mentira do Ypiranga.

Sonha, luta, sofre. Desperta. A realidade estua.

Focalização dessa alvorada pulcra. Belezas esparsas do descanso, do seu dormir de glórias e incertezas.

Intercâmbio.

Apostolado de crença.

Fraternização.

Captura, num mesmo vínculo, da ânsia infinita da nacionalidade.

Raça aqui está. Façamo-la digna de nós mesmos. Brasileiros, reunamo-nos.

Acreditemos.

Em uma breve e superficial análise do texto acima nota-se o tom de exortação aos "fortes, tradicionais, valentes" bandeirantes 'respeitados' pelos "nômades guerreiros" que, embora "sobranceiros", são vencidos e se prosternam "à idolatria do branco". Os versos finais indicam, ainda, um projeto ideológico calcado na menção aos "Grupos – Anhanguera, Paes Leme, Bueno", retomando elogiosamente os heróis regionais paulistas. Assim, de maneira eufórica, o *editorial-manifesto* – com cores e imagens que remetem à estética do

² O uso do termo “editorial-manifesto” deve-se ao fato de estarmos no início do estudo sobre os traços determinantes do gênero *manifesto literário*, do que advém certo receio em nomeá-lo categoricamente. Até o momento sabemos que estes textos são assinados por todo o corpo editorial de *Raça*, mas como figuram com diferentes destaques ao longo da publicação estamos analisando os elementos que o tornariam um texto programático *ipsis litteris*.

³ Ortografia atualizada pela pesquisadora.

Romantismo e ao seu caráter didático e conciliador – é concluído por meio de enunciados injuntivos que reiteram o dogma das "Matas verdes. Passarada amarela" (Verde-Amarelo), ao mesmo tempo em que denota a "ânsia infinita da nacionalidade", a busca pela identidade nacional tão em voga na época e aqui proposta por meio do reconhecimento da "Raça" brasileira.

O título da revista, finalmente, que pautará seus editoriais e conclamará dezenas de escritores a contribuírem com a proposta, parece inicialmente conceber como *Raça* uma "democracia racial" tida como a solução para os problemas do país, remontando ao conceito de raça em voga na época (PRADO, 1972) e que, em linhas gerais, refere-se a uma "democracia racial" ilusória, pois que hierarquizada biologicamente a partir da supremacia da "Raça conquistadora" em referência aos bandeirantes, figura heroica regional de São Paulo, únicos descendentes diretos do povo europeu e, por isso, dotados de "faculdades superiores da razão e da inteligência" para delinear e coordenar os rumos da nação pautados no ímpeto pela civilização advinda do movimento de exploração do litoral ao interior, movimento que será muitas vezes comparado ao do cultivo do café nas grandes fazendas que se interiorizam desde a costa do país. Assim funda-se um novo mito sobre a origem da nação remontando ao bandeirismo paulista e ao seu heroísmo associado implicitamente às oligarquias envolvidas nesse projeto corporativista que pretende, por seu turno, coroar a estreita relação entre oligarcas e (pseudo) aristocratas-bacharéis como o primeiro sintoma necessário do conclamado movimento de "integração nacional" a ser conduzido pelas lideranças paulistas (MOREIRA, 2001).

CONCLUSÃO

Como referido, há mais indicações de caminhos do que trajetórias neste trabalho que expressa esboços de leituras ainda insuficientes para a compreensão total das forças que movem a publicação são-carlense *Raça*, forças locais movidas intensamente por forças externas ao município paulista. Entretanto, no tocante à tendência político-ideológica da revista, convém destacarmos certo silenciamento que se abateu sobre as manifestações culturais de uma elite paulista que buscava manter-se hegemônica culturalmente em um contexto onde cada vez mais novos protagonistas obtinham privilégios advindos de lógicas alheias às das oligarquias. Será após os reveses desse período conturbado que emanarão, por exemplo, os ânimos daqueles que virão a defender a formação de um "Estado Nacional forte e soberano" sob o signo da ideologia fascista ancorada nacionalmente no movimento Integralista, ainda em defesa da manutenção dos poderes da elite paulista (PRADO, 2010).

A crítica dos estudos literários, ao optar por canonizar o modernismo antropófago em detrimento das demais correntes de pensamento em voga no estado de São Paulo e no Brasil pouco contribuiu para o esclarecimento das contradições inerentes a tais movimentos,

lançando sobre eles o véu da “literatura menor” e, conseqüentemente, “sem valor estético” que se propagou na generalização destes escritores como “caipiras” de vocação ultranacionalista e pendoros fascistas (MICELI *apud* PRADO, 2010:9-13). Tal julgamento, por sua vez, prejudicou muito da compreensão sobre suas produções – mesmo as que não estão inseridas nesse contexto – fazendo com que persista uma lacuna na interpretação das obras literárias do período, sobretudo as que circularam no interior dos estados quase nunca alheias aos fatos das metrópoles e que carecem ser mais bem examinadas a partir de estudos como o que nos propomos realizar ao nível de Iniciação Científica para que não se mantenha a ideia de que o modernismo ocorreu apenas nas grandes capitais, empreendido de maneira atrapalhada no interior por ‘caipiras’ que, como tentamos mostrar, possuíam uma ampla rede de comunicação muito bem articulada e reconhecida ao longo de todo o país e, inclusive, fora dele, compondo um quadro vasto do pensamento conservador no período.

Referências

- BERRIEL, C. E. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas: Papyrus, 2000.
- CANDIDO, A.. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.
- CARONE, E. *Revoluções no Brasil contemporâneo (1922-1938)*. São Paulo: Desa, 1965.
- CARONE, E. *A República Velha: evolução política*. São Paulo: Difel, 1971.
- MOREIRA, L. F. *Meninos, Poetas & Heróis: Aspectos de Cassiano Ricardo do Modernismo ao Estado Novo*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- GELADO, V. *Poéticas da transgressão: Vanguarda e cultura popular nos anos 20 na América Latina*. Rio de Janeiro: 7Letras; São Carlos: EdUFSCar, 2006.
- MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- NEVES, A. P. *São Carlos na esteira do tempo*. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial, 2007. (Coleção Nossa História)
- PRADO, A. A. *Itinerário de uma falsa vanguarda: Os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- PRADO, P. *Província e nação: Paulística / Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio editora, 1972.